

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS ~ MARÇO/2014 ~



Eletrobras
Eletropar

Comentário de Desempenho
Relatório dos Auditores Independentes
Balanco Patrimonial
Demonstração do Resultado do Exercício
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Valor Adicionado
Notas Explicativas

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no primeiro trimestre de 2014, prejuízo no valor de R\$9.355 inferior em 589,79% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa alcançou lucro no valor de R\$ 1.910.

As Receitas Totais no período findo, em 31 de março de 2014, atingiram o montante de R\$ 5.441, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, e foram 96,53% superiores àquelas auferidas no mesmo período de 2013, estas no montante de R\$ 2.769.

No primeiro trimestre de 2014, o rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e do reconhecimento de dividendos declarados pelas investidas Eletropaulo, Energias do Brasil e CPFL.

O Resultado Financeiro no primeiro trimestre de 2014, no montante de R\$ 1.357 reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil. Tal resultado foi maior em 52,30% ao apurado no mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 891.

Cabe destacar que o resultado da Companhia no período foi fortemente impactado pelo reconhecimento da redução ao valor recuperável do investimento que a Eletropar mantém em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 13.810, cujos ganhos e perdas líquidas de imposto de renda e contribuição social vinham sendo registradas no resultado abrangente. Quando da ocorrência da perda significativa de valor desse investimento, a Companhia reconheceu a redução ao valor recuperável no resultado do exercício. Caso não tivesse sido realizada a provisão, o lucro seria de R\$ 4.455 o que seria 133,5% superior em relação ao resultado do mesmo período do exercício anterior.

Em relação às Despesas Operacionais (excluindo-se a provisão para perdas), que alcançaram o montante de R\$ 874, no primeiro trimestre de 2014, observa-se um aumento da ordem de 10,91%, em relação ao mesmo período de 2013, quando seu valor foi de R\$ 788. Tal crescimento ocorreu em virtude do aumento dos gastos com "serviços de terceiros" e "viagens, condução e treinamento" na ordem de 37,10% e 366,67%, respectivamente.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial da Companhia em 31 de março de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfase

Conforme mencionado na nota 9, a investida Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP possui o ativo referente a investimentos de transmissão no montante de R\$ 1.490.986 mil (efeito na Companhia - R\$ 9.766 mil) que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anteriores

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e ao trimestre findo em 31 de março de 2013 apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 27 de março de 2014 (auditoria), sem ressalvas, e 15 de maio de 2013 (revisão) com ressalva referente a limitação de escopo no investimento na Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O2T-SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em milhares de Reais)

ATIVO		31/03/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
	Nota		
Caixa e equivalentes de caixa	5	55.637	54.240
Remuneração dos investimentos	6	4.268	1.211
Ativos fiscais a compensar	8	1.855	1.803
		61.760	57.254
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Ativos fiscais a compensar	8	2.741	2.741
Depósitos judiciais	11	48	48
		2.789	2.789
INVESTIMENTOS			
	9		
Avaliados por equivalência patrimonial		23.355	23.548
Avaliados a valor justo		64.989	68.997
IMOBILIZADO			
		24	28
INTANGÍVEL			
		24	19
		91.181	95.381
TOTAL DO ATIVO		152.941	152.635
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Remuneração aos acionistas	12	800	800
Contas a pagar	10	677	817
Tributos e contribuições sociais		137	33
Obrigações estimadas		218	221
		1.832	1.871
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contrib. social diferidos	11	12.193	8.860
		12.193	8.860
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital social		118.054	118.054
Reserva legal		3.159	3.159
Dividendo adicional proposto		2.401	2.401
Ajustes de avaliação patrimonial		24.657	18.290
Prejuízos acumulados		(9.355)	-
		138.916	141.904
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		152.941	152.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(em milhares de Reais)

		01/01/14 a 31/03/14	01/01/13 a 31/03/13
RECEITAS OPERACIONAIS			
Dividendos	Nota	3.974	1.563
Participação societária		<u>106</u>	<u>263</u>
		<u>4.080</u>	<u>1.826</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal/honorários		(585)	(558)
Materiais e produtos		(18)	(21)
Viagens, condução e treinamento		(14)	(3)
Serviços de terceiros		(170)	(124)
Propaganda e publicidade		(9)	(9)
Tributos e contribuições		(9)	(3)
Aluguel, condomínio e IPTU		(20)	(20)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	9	(13.810)	-
Outras		<u>(49)</u>	<u>(51)</u>
		<u>(14.684)</u>	<u>(788)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(10.604)</u>	<u>1.037</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras		1.361	943
Despesas financeiras		(3)	(52)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>1.358</u>	<u>891</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(9.246)</u>	<u>1.928</u>
Imposto de renda e contribuição social	11	<u>(109)</u>	<u>(18)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>(9.355)</u>	<u>1.910</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO			
Básico e Diluído		(0,7952)	0,1623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(em milhares de Reais)

	<u>01/01/14 a</u> <u>31/03/14</u>	<u>01/01/13 a</u> <u>31/03/13</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.355)	1.910
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa	(4.007)	(14.799)
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	(3.333)	5.031
Outros resultados abrangentes - coligadas	(103)	137
Ajuste de reclassificação - invest. aval. a valor justo	13.810	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(2.988)</u>	<u>(7.721)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2012	118.054	2.991	9.581	31.057	-	161.683
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.910	1.910
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	(9.768)	-	(9.768)
Outros resultados abrangentes - coligadas	-	-	-	137	-	137
Em 31 de março de 2013	118.054	2.991	9.581	21.426	1.910	153.962

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2013	118.054	3.159	2.401	18.290	-	141.904
Prejuízo do período	-	-	-	-	(9.355)	(9.355)
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	(7.340)	-	(7.340)
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	(103)	-	(103)
Ajuste de reclassificação - invest. aval. a valor justo (líquido de IR/CS)	-	-	-	13.810	-	13.810
Em 31 de março de 2014	118.054	3.159	2.401	24.657	(9.355)	138.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

	01/01/14 a 31/03/14	01/01/13 a 31/03/13
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(9.355)	1.910
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	4	3
Resultado de participações societárias	(106)	(263)
Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda	13.810	-
Sub total	<u>4.353</u>	<u>1.650</u>
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(3.058)	(1.563)
Ativos fiscais a compensar	(53)	85
	<u>(3.110)</u>	<u>(1.479)</u>
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais	104	(108)
Contas a pagar	(140)	49
	<u>(36)</u>	<u>(58)</u>
Dividendos recebidos	196	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais	<u>1.403</u>	<u>113</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(6)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	<u>(6)</u>	<u>-</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.397</u>	<u>113</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.240	63.804
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>55.637</u>	<u>63.917</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.397</u>	<u>113</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de Reais)

	01/01/14 a 31/03/14	01/01/13 a 31/03/13
1 - RECEITAS	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(256)	(204)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	(13.810)	-
	<u>(14.067)</u>	<u>(204)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(14.067)</u>	<u>(204)</u>
4 - RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(4)	(3)
	<u>(4)</u>	<u>(3)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA	<u>(14.071)</u>	<u>(207)</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	1.361	943
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	4.080	1.826
	<u>5.442</u>	<u>2.769</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(8.629)</u>	<u>2.562</u>
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração direta	455	241
Impostos, Taxas e Contribuições	247	338
Remuneração do capital de terceiros	24	73
Remuneração do capital próprio: Lucro (Prejuízo) do período	<u>(9.355)</u>	<u>1.910</u>
	<u>(8.629)</u>	<u>2.562</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.

ELETROPAR

**(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 01.104.937/0001-70**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, da CPFL Energia S.A. – CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

A Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras intermediárias em 15 de maio de 2014.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Essas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigendo a partir de 2014 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Legislação Tributária

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP possuem vigência a partir de 2015 e a sua adoção antecipada para 2014 poderia eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia avaliou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma apenas para 2015 e considerando o seu atual nível de operação e o texto da referida legislação, entendeu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

No dia 13 de maio de 2014, após diversas discussões e alterações promovidas na redação inicial da MP, o Governo Brasileiro promulgou a Lei 12.973, convertendo referida MP em Lei. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e com base no que esta em vigor atualmente, espera que sua adoção antecipada, ou não, continuará a resultar em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 2,51%	Cenário Provável 3,00%	Cenário Possível 1,50%	Cenário Remoto 4,00%
Rendimento das Aplicações Financeiras	1.361	1.626	813	2.168

* Taxa para o período de três meses encerrados em 31 de março de 2014.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. A Companhia não possui dívida com terceiros.

3.3. Estimativa do valor justo

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

	31/03/14		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	64.989	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	55.610	-	-
	120.599	-	-
	31/12/13		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	68.997	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	54.205	-	-
	123.202	-	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	31/03/14		
	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Total</u>
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	64.989	64.989
Aplicações financeiras	55.610	-	55.610
	55.610	64.989	120.599

			31/12/13		
			Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Patrimonial:	Balço				
Investimentos			-	68.997	68.997
Aplicações financeiras			54.205	-	54.205
			54.205	68.997	123.202

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução n.º 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos	26	35
Aplicações Financeiras	55.610	54.205
	55.636	54.240

NOTA 6 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	31/03/2014	31/12/2013
EDP – Energias do Brasil	1.143	78
CTEEP	196	1.113
CPFL	2.010	-
Eletropaulo	899	-
EMAE	20	20
	4.268	946

NOTA 7 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Sob a coordenação da ELETROBRAS, as concessionárias CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e FURNAS, denominadas EMPRESAS CEDENTES, desenvolveram o negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte da sua infraestrutura e dos seus cabos de fibras ópticas. Dessa forma, viabilizaram não só a exploração do negócio de transporte de sinais de informações, como também a atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

As EMPRESAS CEDENTES se associaram com a iniciativa privada e, também, com a ELETROPAR, que foi identificada como uma empresa da ELETROBRAS que apresentava a estrutura legal e estatutária compatível com os propósitos negociais que se pretendiam, e que seria a preposta daquelas junto ao sócio privado.

A ELETROPAR detém 49% do capital social da Eletronet S.A. e a sua atuação era repassar os rendimentos do negócio às EMPRESAS CEDENTES, cabendo-lhe somente a remuneração a título de administração e o ressarcimento de suas despesas por conta desse negócio. O sócio privado, porém, deixou de honrar com seus compromissos, o que culminou com o requerimento de falência com continuidade do negócio, no ano de 2003.

O requerimento de falência com continuidade do negócio está em trâmite junto a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cuja magistrada acolheu o pedido de confissão de falência, nos moldes requeridos pela autora, encontrando-se a administração da ELETRONET a cargo do Poder Judiciário. Diversos recursos foram interpostos pelas partes envolvidas, vários deles ainda pendentes de julgamento.

Cumprido ressaltar que, a Promotoria de Massas Falidas, em meados de 2007, declarou, nos autos do processo de falência, não existir qualquer indício de prática de crime falimentar e que a pretensão punitiva prescreveu em 5 de maio de 2007.

Em dezembro de 2009, a União Federal requereu o seu ingresso nos autos da falência. O Ministério Público se manifestou favorável à admissão da União Federal como interveniente no processo, tendo o M.M. Juiz admitido a mesma no feito naquela qualidade.

Nesta mesma época, as EMPRESAS CEDENTES ingressaram com uma Reclamação requerendo a imissão na posse dos bens da ELETRONET, cujo Relator deferiu o pedido de liminar concedendo às Reclamantes a pretensão almejada. O correspondente mandado foi cumprido no dia 15 de dezembro de 2009.

Entre o período mencionado anteriormente e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras intermediárias, não ocorreram movimentações relevantes no processo.

Os créditos junto à ELETRONET derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas, atualização monetária e juros sobre receita de aluguel de infraestrutura, diferidos no período compreendido entre fevereiro e novembro de 2002, além de multa por atraso de pagamento dos meses subsequentes, estão contemplados nesta rubrica. Além disso, os valores a receber das concessionárias, FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE, relativos à taxa de administração e ressarcimento de despesas operacionais, estão também classificados neste item.

	31/03/2014	31/12/2013
Contas a receber – Cedentes	13.674	13.674
Contas a receber – Eletronet	59.145	59.145
Obrigação com as Empresas Cedentes	(58.471)	(58.471)
Adiantamentos	(11.877)	(11.877)
Outros créditos a pagar	(1.121)	(1.121)
Contas a receber líquido	1.350	1.350
Provisão para perdas	(1.350)	(1.350)
	-	-

A ELETROPAR detém, em 31 de março de 2014, créditos da ordem de R\$ 72.819, na qualidade de credora da ELETRONET, em nome das empresas cedentes, e débitos de R\$ 71.469 com as empresas cedentes, vinculados ao recebimento dos créditos.

A diferença entre os saldos ativos e passivos, que reflete a taxa de comissionamento de R\$ 1.350, foi integralmente provisionada.

NOTA 8 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/03/2014	31/12/2013
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	210
IRRF sobre aplicações financeiras	-	764
Antecipação IRPJ e CSSL	7	4
IRRF – exercícios anteriores	4.587	3.566
Outros	2	-
	4.596	4.544
Circulante	1.855	1.803
Não Circulante	2.741	2.741
	4.596	4.544

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Considerando a perspectiva de realização dos referidos créditos fiscais a Companhia apresenta a seguinte projeção:

	2014	2015	2016	2017	Total
Valor a ser utilizado	1.855	1.096	609	1.036	4.596

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de março de 2014 está distribuída da seguinte forma:

I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	31/03/14	31/12/13			
Eletropaulo ¹	17.917	19.614	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil ²	15.302	16.862	ON	1.485.678	0,31
CPFL Energia ³	31.770	32.521	ON	1.703.600	0,18
	64.989	68.997			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Conforme a Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, e estatuto, a Companhia mantém investimentos na Eletropaulo. Considerando a significativa desvalorização do valor de mercado desse ativo a Companhia, registrou, em 31 de março de 2014, provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 13.810.

II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	999.663	0,655
EMAE	PN	523.911	1,420

¹ Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

² EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

³ CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

* Patrimônio Líquido ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletrobras

Mutação dos Investimentos

	CTEEP*	EMAE*	TOTAL
Saldo em 31/12/13	18.140	5.408	23.548
Ajuste de equivalência	350	(244)	106
Dividendos	(197)	-	(197)
Outros resultados abrangentes	-	(103)	(103)
Saldo em 31/03/14	18.293	5.062	23.355

Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/11, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa à suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão no 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 31 de março de 2014 a investida CTEEP possui registrado o valor de R\$1.490.986, aos ativos de transmissão anteriores a maio de 2000 (objeto da concessão afetada pela Medida Provisória no 579/11, convertida na Lei no 12.783/13). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos ocorrerá apenas após a homologação pelo órgão regulador. Considerando a participação da Companhia na referida investida, o montante é de R\$ 9.766.

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	30/03/14	31/12/13
Avaliados ao valor justo	64.989	68.997
Avaliados por equivalência patrimonial	23.355	23.548
	88.344	92.545

NOTA 10 – CONTAS A PAGAR

	31/03/2014	31/12/2013
Eletrobras	624	740
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda	36	36
Outros	17	41
	677	817

NOTA 11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	(9.246)	1.928
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	(3.144)	656
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(1.308)	(622)
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	4.695	
Outros	(134)	(16)
	<u>3.253</u>	<u>(638)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	109	18
Alíquota efetiva	1,18%	0,93%

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

Saldo em 31/12/13		8.860
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(1.362)	
IR/CS diferidos – reclassificação de perda para resultado do período	4.695	
(=) Movimento do período		<u>3.333</u>
Saldo em 31/03/14		<u>12.193</u>

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de março de 2014 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.901	83,71
Minoritários	28.857	1.915.988	16,29
	28.858	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de março de 2014, é de R\$ 11,81 por ação (R\$ 12,06 por ação, em 31 de dezembro de 2013).

II – Remuneração aos acionistas

Em 31 de março de 2014, a Companhia mantinha no passivo o valor de R\$ 800 correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro ajustado do exercício de 2013. Adicionalmente, a administração propôs à Assembleia a distribuição de dividendo adicional de R\$ 2.401, o qual foi mantido no patrimônio líquido, correspondente a 75% do lucro ajustado do exercício de 2013.

NOTA 13 – LUCRO POR AÇÃO

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

	31/03/14	31/03/13
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(9.355)	1.910
Média ponderada do número de ações ordinárias (milhares)	11.764	11.764
Lucro básico e diluído por ação ordinária	(0,7952)	0,1624

NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	31/03/14	31/12/13
PASSIVO		
Contas a pagar ⁴	624	740
Dividendos a pagar	670	670
	1.294	1.410
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	585	558
	585	558

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infra-estrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

II – Coligadas

CTEEP	31/03/14	31/12/13
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	197	1.310
Participação Societária	18.293	18.140
	18.490	19.450
	31/03/14	31/03/13
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	350	1.450
	350	1.450
	31/03/14	31/12/13
EMAE		
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	20	20
Participação Societária	5.062	5.407
	5.082	5.427
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	1.136	1.239
	1.136	1.239
	31/03/14	31/03/13
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	(244)	-
	(244)	100

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 7.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/03/14	31/03/13
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	213	170
Encargos Sociais	74	63
Benefícios	7	3
	294	236

NOTA 15 – EVENTO SUBSEQUENTE

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2014, foi deliberado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e do adicional proposto, este último correspondente à 75% do lucro líquido ajustado do exercício de 2013.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, em 30 de abril de 2014, foi iniciada (a partir de 2 de maio de 2014) a realização do pagamento dos dividendos cujo valor original foi de R\$ 3.201, ao qual foi acrescido o montante de R\$ 106, referente a atualização pela taxa Selic no período de 1º de janeiro de 2014 até a data do efetivo pagamento.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
*Diretor Superintendente e de Relações
com Investidores*

Eduardo da Costa Ramos
Contador
CRC-RJ 091.422/O-9